



PROCURADOR MUNICIPAL

PRM25

CADERNO: 1

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 - A duração das provas será de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo de preenchimento do Cartão de Respostas.
- 2 - O candidato que, na primeira hora de prova, se ausentar da sala e a ela não retornar, será eliminado.
- 3 - Os 3 (três) últimos candidatos a terminar a prova deverão permanecer na sala até que todos tenham finalizado suas provas e somente poderão sair juntos do recinto, após aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
- 4 - O candidato **NÃO** poderá levar o **seu Caderno de Questões (Provas Objetivas)** e **NÃO** poderá copiar o **gabarito (assinalamentos)**. A imagem do seu **Cartão de Respostas** será disponibilizada na página do concurso em <http://concursos.biorio.org.br> na data prevista no cronograma.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- 1 - Confira atentamente se este Caderno de Questões (Provas), que contém **60 (sessenta) questões objetivas** e **2 (duas) questões discursivas**, está completo.
- 2 - Cada questão da Prova Objetiva conterà **5 (cinco) opções** e somente uma correta.
- 3 - Confira **se os seus dados pessoais, o cargo/emprego** escolhido, indicados no **cartão de respostas**, estão corretos. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente ao Fiscal de Sala ou ao Chefe de Local. Terminada a conferência, você deve assinar o **cartão de respostas** no espaço apropriado.
- 4 - Confira atentamente se o **cargo/emprego** e o **número do caderno** que estão no caderno de questões é o mesmo do que consta em seu **cartão de respostas e na etiqueta com seus dados colada na mesa/cadeira onde foi designado para sentar**. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente ao Fiscal de Sala ou ao Chefe de Local.
- 5 - Cuide de seu **cartão de respostas**. Ele não pode ser rasurado, amassado, dobrado nem manchado.
- 6 - Se você marcar mais de uma alternativa, sua resposta será considerada errada mesmo que uma das alternativas indicadas seja a correta.
- 7 - No decorrer da prova objetiva o fiscal de sala irá colher a sua digital no selo que está no seu cartão de respostas.

AGENDA

- **27/04/2014**, Provas Objetivas.
- **28/04/2014**, Divulgação dos Exemplares dos Cadernos de Questões (Provas) das Provas Objetivas.
- **28/04/2014**, Divulgação dos Gabaritos Preliminares das Provas Objetivas.
- **29/04/2014**, Disponibilização das Imagens dos Cartões Respostas das Provas Objetivas.
- **30/04 e 02/05/2014**, Interposição de Recursos contra as questões das Provas Objetivas.
- **08/05/2014**, Divulgação dos Gabaritos Definitivos das Provas Objetivas.
- **09/05/2014**, Relação Final de Notas das Provas Objetivas.



INFORMAÇÕES:

- **Tel:** 21 3525-2480 das 9 às 18h
- **Internet:** <http://concursos.biorio.org.br>
- **E-mail:** tresrios2014@biorio.org.br

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

O PREOCUPANTE AVANÇO DA CENSURA JUDICIAL

O Globo, 11/4/2014

O fim da censura, ainda no regime militar, e a garantia de liberdade de expressão explicitamente inscrita na Constituição de 1988 são marcos fundamentais da redemocratização do país. Foram conquistas árduas, que custaram sacrifícios à sociedade. No caso específico do direito à livre manifestação, trata-se de fruto de longo processo, que só se completou bem depois da volta dos militares aos quartéis e da promulgação da Carta: como entulho herdado da ditadura, perdurou como espasmo do autoritarismo na legislação brasileira a Lei de Imprensa, permanente ameaça a jornalistas e veículos de comunicação, até ser enviada ao lixo pelo Supremo Tribunal Federal, em 2009.

O país consagra, portanto, esse princípio inerente ao estado democrático de direito. E, em comparação com outras nações do continente, onde agravos à liberdade de expressão têm sido praticados sistematicamente, o Brasil é um exemplo positivo. Mas essa confrontação, se nos coloca em patamar diverso de Estados com governos autoritários, como Argentina, Venezuela e outros, por outro mitiga uma realidade na qual o exercício do jornalismo profissional e responsável está sujeito a inaceitáveis trancos. Caso explícito da chamada censura judicial, em geral requerida por agentes públicos contra veículos de imprensa e jornalistas em todo o país.

(...) Neste sentido, é positiva a iniciativa de instituições como ONU, OEA, STF e CNJ de realizar, no Rio, importante debate sob o tema Liberdade de Expressão e Judiciário. É iniciativa bem-vinda para aparar arestas, devolver ao país a plena acepção do direito amplo e irrestrito à informação e restabelecer, em definitivo, o princípio constitucional segundo o qual a liberdade de expressão prescinde de regulamentação.

QUESTÃO 1

Todo texto é fruto de um momento que o provoca; nesse sentido, o acontecimento que motivou o aparecimento deste texto foi:

- (A) a realização de um debate no Rio de Janeiro.
- (B) o fim da censura, ainda no regime militar.
- (C) o desaparecimento da Lei de Imprensa.
- (D) a existência da censura judicial no país.
- (E) o aspecto positivo do país em relação a outros Estados.

QUESTÃO 2

O objetivo básico do texto é:

- (A) elogiar a preocupação da ONU com a liberdade de expressão.
- (B) debater o fim da censura e seu papel histórico.
- (C) defender a extinção da chamada censura judicial.
- (D) fazer um breve histórico da censura no país.
- (E) destacar o país como mais democrático que seus vizinhos na América.

QUESTÃO 3

A expressão abaixo que NÃO mostra conotação negativa é:

- (A) “como entulho herdado da ditadura”
- (B) “até ser enviada ao lixo pelo Supremo Tribunal Federal, em 2009”.
- (C) “Foram conquistas árduas que custaram sacrifícios...”
- (D) “perdurou como espasmo do autoritarismo”
- (E) “permanente ameaça a jornalistas e veículos de comunicação”.

QUESTÃO 4

“O fim da censura, ainda no regime militar...”; o emprego do vocábulo sublinhado tem a função de:

- (A) indicar um tempo visto como distante.
- (B) criticar a demora na extinção da censura.
- (C) mostrar a proximidade temporal do fim da censura.
- (D) lembrar um período de opressão.
- (E) atestar o espírito democrático de nosso país.

QUESTÃO 5

“O fim da censura, ainda no regime militar, e a garantia de liberdade de expressão explicitamente inscrita na Constituição de 1988 são marcos fundamentais da redemocratização do país”. Nesse segmento do texto, o adjetivo “inscrita” se refere a:

- (A) censura
- (B) garantia
- (C) censura e garantia
- (D) liberdade
- (E) expressão

QUESTÃO 6

A palavra cujo prefixo tem seu valor semântico indicado de forma inadequada é:

- (A) redemocratização / de novo
- (B) perdurou / através de
- (C) inaceitáveis / negação
- (D) bem-vinda / aspecto positivo
- (E) irrestrito / movimento para dentro

QUESTÃO 7

Segmento do texto em que há o mau emprego de um vocábulo é:

- (A) “Neste sentido, é positiva a iniciativa de instituições como ONU, OEA, STF e CNJ de realizar, no Rio, importante debate sob o tema Liberdade de Expressão e Judiciário”.
- (B) “É iniciativa bem-vinda para aparar arestas, devolver ao país a plena acepção do direito amplo e irrestrito à informação...”
- (C) “... e restabelecer, em definitivo, o princípio constitucional segundo o qual a liberdade de expressão prescinde de regulamentação”.
- (D) “O país consagra, portanto, esse princípio inerente ao estado democrático de direito”.
- (E) “E, em comparação com outras nações do continente, onde agravos à liberdade de expressão têm sido praticados sistematicamente, o Brasil é um exemplo positivo”.

QUESTÃO 8

Observe o uso do acento grave indicativo da crase nos seguintes segmentos do texto:

- I – “custaram sacrifícios à sociedade”
 II – “direito à livre manifestação”
 III – “agravos à liberdade de expressão”
 IV – “direito amplo e irrestrito à informação”

Os casos em que o emprego do acento grave indicam a mesma função sintática são:

- (A) I-II-III-IV.
 (B) I-IV.
 (C) I-II.
 (D) II-III-IV.
 (E) I-III.

QUESTÃO 9

Observe o início do texto:

“O fim da censura, ainda no regime militar, e a garantia de liberdade de expressão explicitamente inscrita na Constituição de 1988 são marcos fundamentais da redemocratização do país. Foram conquistas árduas, que custaram sacrifícios à sociedade. No caso específico do direito à livre manifestação, trata-se de fruto de longo processo, que só se completou bem depois da volta dos militares aos quartéis e da promulgação da Carta...”

O elemento sublinhado é:

- (A) um elemento ainda não citado anteriormente.
 (B) uma retomada de “liberdade de expressão”.
 (C) uma retomada de “fim da censura”.
 (D) uma retomada de “marco de redemocratização do país”.
 (E) um exemplo de um “sacrifício da sociedade”.

QUESTÃO 10

“O país consagra, portanto, esse princípio inerente ao estado democrático de direito. E, em comparação com outras nações do continente, onde agravos à liberdade de expressão têm sido praticados sistematicamente, o Brasil é um exemplo positivo. Mas essa confrontação, se nos coloca em patamar diverso de Estados com governos autoritários, como Argentina, Venezuela e outros, por outro mitiga uma realidade na qual o exercício do jornalismo profissional e responsável está sujeito a inaceitáveis tranços”.

Sobre os valores dos conectivos desse segmento do texto, a afirmação correta é:

- (A) portanto indica explicação
 (B) onde indica tempo
 (C) mas indica adição
 (D) se indica condição
 (E) como indica comparação

TEXTO II

A censura é tão antiga quanto a sociedade humana, sendo a Grécia antiga a primeira sociedade a elaborar uma justificativa ética para a censura, com base no princípio de que o governo da Pólis (cidade - estado) constituía a expressão dos desejos dos cidadãos, e que portanto podia reprimir todo aquele que tentassem contestá-lo.

“(...) Censura é usada pelo estado ou grupo de poder, no sentido de controlar e impedir a liberdade de expressão. Esta criminaliza certas ações de comunicação, ou até a tentativa de exercer essa comunicação. No sentido moderno, a censura consiste em qualquer tentativa de suprimir informação, opiniões e até formas de expressão, como certas facetas da arte. Pode também ser entendida como a supressão de certos pontos de vista e opiniões divergentes, através da propaganda, manipulação dos mídia ou contra - informação.

Exerce-se por meio do exame e da classificação do que considera crime, pecado, heresia, subversão ou qualquer outro ato suscetível de supressão e punição (...)”

QUESTÃO 11

A justificativa ética para a censura, na Grécia, era a de que:

- (A) a censura era necessária para a defesa da própria governabilidade.
 (B) os cidadãos, ao votarem, declaravam apoiar a censura.
 (C) a censura era necessária para opor-se à contestação do governo eleito.
 (D) a censura era uma tradição que precisava ser respeitada.
 (E) a censura mostrava a intenção de criminalizar o ato de comunicação.

QUESTÃO 12

“A censura é tão antiga quanto a sociedade humana, sendo a Grécia antiga a primeira sociedade a elaborar uma justificativa ética para a censura, com base no princípio de que o governo da Pólis (cidade - estado) constituía a expressão dos desejos dos cidadãos, e que portanto podia reprimir todo aquele que tentassem contestá-lo”.

Nesse segmento do texto, o pronome LO se refere:

- (A) princípio
- (B) governo
- (C) estado
- (D) desejo
- (E) cidadão

QUESTÃO 13

O primeiro parágrafo do texto tem a função de:

- (A) explicitar o valor semântico do vocábulo “censura”.
- (B) explicar a etimologia da palavra “censura”.
- (C) argumentar a favor da censura
- (D) defender a utilização da censura.
- (E) informar sobre a origem histórica da censura.

QUESTÃO 14

O termo sublinhado que exerce função sintática diferente dos demais é:

- (A) desejos dos cidadãos
- (B) grupo de poder
- (C) manipulação dos mídia
- (D) facetas da arte
- (E) formas de expressão

QUESTÃO 15

“A censura é tão antiga quanto a sociedade humana”; essa frase do texto tem seu significado modificado na seguinte alternativa:

- (A) tão antiga quanto a sociedade humana é a censura
- (B) assim como a sociedade humana, a censura é antiga
- (C) da mesma forma que a sociedade humana, a censura é antiga
- (D) tão antiga quanto a censura é a sociedade humana
- (E) a censura é muito antiga, assim como a sociedade humana

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 16**

No âmbito do Direito Administrativo existem diversos conceitos de administração pública. Quando estamos diante de um complexo de órgãos responsáveis por funções administrativas trata-se do denominado conceito:

- (A) material
- (B) funcional
- (C) publicista
- (D) orgânico
- (E) impessoal

QUESTÃO 17

As fontes do Direito Administrativo são variadas. É considerada fonte primária a(o):

- (A) jurisprudência
- (B) lei
- (C) doutrina
- (D) costume
- (E) analogia

QUESTÃO 18

Na busca da realização da eficiência o Estado cria diversas pessoas jurídicas outorgando-lhes poderes administrativos para realização de atividades públicas. Trata-se do fenômeno denominado de:

- (A) desconcentração
- (B) desconstrução
- (C) delegação
- (D) desestatização
- (E) descentralização

QUESTÃO 19

A organização administrativa é extremamente complexa possuindo órgãos com diversa natureza e função. Quando determinado órgão é dotado de certa autonomia financeira e administrativa sujeito a supervisão ministerial e não se constituindo em pessoa jurídica ele deve ser considerado:

- (A) autônomo
- (B) especial
- (C) consultivo
- (D) cooperativo
- (E) auxiliar

QUESTÃO 20

Urgedina foi aprovada em concurso público de títulos e provas para o cargo de agente administrativo do município Y. ocorre que a norma que autoriza o concurso e sua nomeação foi declarada inconstitucional, com decisão passada em julgado. Os atos praticados por Urgedina, que foi exonerada, serão considerados como sendo realizados por servidora:

- (A) extraordinária
- (B) de fato
- (C) temporária
- (D) estagiária
- (E) terceirizada

QUESTÃO 21

Kalamu exerce um alto cargo na estrutura da administração pública e tem ciência da demora no processamento de um determinado processo administrativo e, por força disso, resolve avocá-lo para proferir decisão. Tal ato está relacionado ao denominado poder:

- (A) arbitrário
- (B) vinculado
- (C) hierárquico
- (D) revisional
- (E) ordenador

QUESTÃO 22

Bilalama foi nomeado Presidente de uma pessoa jurídica vinculada à União Federal, que foi criada por lei e tem patrimônio próprio. Nos termos das normas de organização do Estado essa pessoa jurídica integra a denominada administração:

- (A) direta
- (B) indireta
- (C) organológica
- (D) espacial
- (E) setorializada

QUESTÃO 23

No plano da organização do Estado são criadas pessoas jurídicas para o exercício de atividades típicas da administração pública. Tratam-se das:

- (A) fundações
- (B) sociedades de economia mista
- (C) empresas públicas
- (D) autarquias
- (E) controladorias

QUESTÃO 24

A instituição de uma política governamental de transferência para o setor privado de serviços públicos acarretou o surgimento das agências reguladoras. Elas foram instituídas como:

- (A) fundações
- (B) autarquias especiais
- (C) órgãos ministeriais
- (D) Conselhos setoriais
- (E) sociedades autônomas

QUESTÃO 25

O sistema jurídico estatui que uma universalidade de bens personalizada, em atenção a um fim, que lhe dá unidade define uma:

- (A) empresa pública
- (B) sociedade de economia mista
- (C) entidade não governamental
- (D) pessoa do terceiro setor
- (E) fundação

QUESTÃO 26

Diversas são as classificações dos atos administrativos. Nessa linha quando o ato destina-se a remover um obstáculo de certas atividades públicas para as quais se exige a satisfação prévia de determinados requisitos ele é considerado:

- (A) ato-condição
- (B) ato complementar
- (C) ato intermediário
- (D) ato final
- (E) ato suspensível

QUESTÃO 27

O sistema de controle da administração pública é complexo e amplo. Dentre eles está o relacionado à apuração de irregularidades administrativas ou funcionais, como a investigação preliminar e a inspeção. Tratam esses atos da denominada:

- (A) supervisão
- (B) hierarquização
- (C) correição
- (D) revisão
- (E) avaliação

QUESTÃO 28

Solon recebe comunicação do seu órgão sobre a existência de processo administrativo disciplinar. Após apresentar sua defesa indica como sua testemunha seu colega de trabalho Uruk. Coincidentemente Uruk vem a ser convidado para integrar a comissão disciplinar que irá analisar a situação de Solon. Por força das normas estatuídas na Lei federal no. 9.784/99 Uruk não poderá ingressar na referida comissão pois é considerado nesse caso:

- (A) suspeito
- (B) impedido
- (C) imparcial
- (D) licenciado
- (E) afastado

QUESTÃO 29

Uttu é gerente de determinado órgão público e deseja realizar contrato para construção de um prédio onde serão alocados alguns servidores com funções especiais. Realizado o devido processo licitatório vem a ser escolhida vencedora a empresa Ipiq-Adad. Esse contrato é considerado como sendo de:

- (A) equação
- (B) execução
- (C) utilização
- (D) colaboração
- (E) atribuição

QUESTÃO 30

O Tribunal de Contas da União exerce atividade fiscalizatória dos gastos públicos, dentre outras atribuições estabelecidas na Constituição Federal e regulamentada por lei orgânica própria. As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de:

- (A) título executivo
- (B) certificação unilateral
- (C) comprovante de despesa
- (D) empenho governamental
- (E) título de crédito

QUESTÃO 31

Nos termos do Código Civil em vigor o bem de família pode ser instituído pelos cônjuges através de:

- (A) documento particular
- (B) intervenção ministerial
- (C) escritura pública
- (D) emissão de ações
- (E) decisão judicial

QUESTÃO 32

Podem ser consideradas modalidades de obrigações quanto aos elementos as:

- (A) de dar
- (B) de garantia
- (C) naturais
- (D) transmissíveis
- (E) conjuntas

QUESTÃO 33

O Código Civil regula as servidões. Pode o dono do prédio serviente cancelá-la quando comprovar o seu não uso pelo prazo de:

- (A) dois anos contínuos
- (B) quatro anos contínuos
- (C) seis anos contínuos
- (D) oito anos contínuos
- (E) dez anos contínuos

QUESTÃO 34

O empresário, nos termos do Código Civil exerce atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços. Não se inclui nessa categoria aquele que exerce profissão:

- (A) artística
- (B) mercantil
- (C) literária
- (D) intelectual
- (E) científica

QUESTÃO 35

A sociedade em que a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes é, nos termos do Código Civil a :

- (A) em conta de participação
- (B) anônima aberta
- (C) por cotas de responsabilidade
- (D) em comandita simples
- (E) em nome coletivo

QUESTÃO 36

O Juiz Usurawasu recebe, por livre distribuição, um processo em que é autor Ninkimara, seu genitor. Nesse caso não poderá o referido magistrado atuar no processo tendo em vista que ocorrerá violação à sua:

- (A) competência
- (B) investidura
- (C) imparcialidade
- (D) neutralidade
- (E) atribuição

QUESTÃO 37

Dadusha promove uma ação em face de Shiolanum que é distribuída ao Juízo da Primeira Vara da Comarca X. Logo após Shiolanum propôs uma ação em face de Dadusha debatendo a mesma relação. No caso o objeto perseguido nas ações é o mesmo. Está, assim, caracterizado o fenômeno da:

- (A) continência
- (B) prorrogação
- (C) derrogação
- (D) competência
- (E) conexão

QUESTÃO 38

As ações podem ser classificadas de varias formas. Uma bastante difundida foi originada das pesquisas de Pontes de Miranda que baseou-se num pensador alemão pouco conhecido mas que gerou uma contribuição de suma importância para o sistema jurídico pátrio. Essa conhecida classificação trouxe, como novidade, a referência à denominada ação:

- (A) declaratória
- (B) mandamental
- (C) constitutiva
- (D) condenatória
- (E) cautelar

QUESTÃO 39

O Juiz Belakum preside a audiência de instrução e julgamento referente a determinado processo em curso na Comarca onde exerce a titularidade. Foram produzidas provas testemunhais em longos depoimentos. Nesse caso, pela regra do Código de Processo Civil, deverá o magistrado proferir sentença no processo por força da aplicação do princípio da:

- (A) concentração
- (B) oralidade
- (C) formalidade
- (D) identidade física
- (E) eventualidade

QUESTÃO 40

IPIQ e IBALPIEL promovem ação pelo procedimento ordinário com pedido condenatório em face do Município Bamu, defendido por operosa Procuradoria que oferta a necessária contestação. Nesse caso, consoante as regras do Código de Processo Civil, sendo o prazo de contestação de quinze dias, terá o município o prazo de:

- (A) quinze dias
- (B) vinte dias
- (C) trinta dias
- (D) quarenta dias
- (E) sessenta dias

QUESTÃO 41

Nos termos do Código de Processo Civil pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para auxiliá-la. Trata-se do instituto da(o):

- (A) assistência
- (B) nomeação
- (C) denunciação
- (D) oposição
- (E) litisconsórcio

QUESTÃO 42

Rapunzel faleceu no curso de processo em que atuava como autora. Nos termos do Código de Processo Civil deverá o Juiz:

- (A) julgar extinto o processo
- (B) declarar o autor contumaz
- (C) suspender o processo
- (D) designar audiência
- (E) intimar o réu

QUESTÃO 43

Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida decisão, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada. Nos termos do Código de Processo Civil caberá da decisão:

- (A) agravo de instrumento
- (B) apelação
- (C) agravo retido
- (D) recurso ordinário
- (E) Embargos Infringentes

QUESTÃO 44

Penelope é Oficial de Justiça responsável pelo cumprimento de mandados de citação. Ao tentar citar o réu Cerbero realiza sua procura por três vezes e suspeita de sua ocultação. Nesse caso ocorrerá de denominada citação por:

- (A) edital
- (B) serviço
- (C) hora certa
- (D) indicação
- (E) carta

QUESTÃO 45

A reconvenção é peça defensiva que pode ser apresentada pelo réu no processo. Essa defesa tem a seguinte característica:

- (A) é decidida interlocutoriamente
- (B) será julgada em sentença autônoma
- (C) permite-se contestar a reconvenção
- (D) é alternativa nos Juizados Especiais
- (E) cabe no procedimento sumário

QUESTÃO 46

Nos termos do Código de Processo Civil a coisa julgada:

- (A) incide sobre questões prejudiciais
- (B) abrange a verdade dos fatos
- (C) inclui os fatos do relatório
- (D) abrange o dispositivo
- (E) inclui os motivos

QUESTÃO 47

O recurso especial, quando a decisão atacada for proferida por Tribunal de Justiça deverá ser apresentado através de petição dirigida a (o):

- (A) Presidente do Tribunal de Justiça
- (B) Ministro do Supremo Tribunal Federal
- (C) Ministro do Superior Tribunal de Justiça
- (D) Desembargador relator do recurso anterior
- (E) Juiz prolator da sentença

QUESTÃO 48

A repercussão geral no recurso extraordinário deve ser:

- (A) decidida pelo Supremo Tribunal Federal em decisão recorrível
- (B) decidida monocraticamente por Ministro do Supremo Tribunal Federal

- (C) apresentada como preliminar em petição do recurso interposto
- (D) incluída na questão de mérito do recurso interposto
- (E) incluída em julgamento pautado em sessão pública do Supremo Tribunal Federal

QUESTÃO 49

A ação rescisória, nos termos do Código de Processo Civil é cabível no caso de decisão com o seguinte vício:

- (A) suspeição do Juiz
- (B) ofensa a coisa julgada
- (C) decisões repetidas
- (D) julgamentos conflitantes
- (E) incompetência relativa

QUESTÃO 50

A ação discriminatória de terras devolutas estabelece que:

- (A) a petição inicial deverá designar um perito
- (B) a contestação será apresentada em dez dias
- (C) o Juízo competente será o federal
- (D) o órgão recursal será o Supremo Tribunal Federal.
- (E) o recurso cabível será o agravo retido

QUESTÃO 51

Na visão clássica o controle de constitucionalidade via de exceção tem efeitos:

- (A) *erga omnes*
- (B) *inter partes*
- (C) *ultra partes*
- (D) *ad hominem*
- (E) *res alios*

QUESTÃO 52

Evangivaldo pretende adotar uma nova religião, construindo um local para realizar suas orações que utilizará também como residência. Nesse caso ele realizará o direito fundamental a liberdade de:

- (A) pensamento
- (B) opinião
- (C) profissão
- (D) residência
- (E) crença

QUESTÃO 53

A imprensa livre é uma característica das modernas civilizações. Nos termos da Constituição Federal para proteger a liberdade de informações dos jornalistas é assegurado o denominado:

- (A) informante privilegiado
- (B) segredo especial
- (C) delator premiado
- (D) sigilo de fonte
- (E) testemunho protegido

QUESTÃO 54

Tritão pretende formar um grupo portando pistolas para defender o seu distrito que se localiza no município Pocahontas, assolado pela criminalidade de todo naípe. Nesse caso, nos termos da Constituição Federal:

- (A) está realizado o direito de associação
- (B) trata-se do direito de legítima defesa
- (C) tipifica-se a organização paramilitar que é vedada
- (D) constitui-se guarda municipal privada
- (E) verifica-se a constituição de reunião

QUESTÃO 55

Nos termos da Constituição Federal existe o direito ao julgamento pelo tribunal do Júri assegurado:

- (A) a publicidade das votações
- (B) o livre acesso da imprensa
- (C) o julgamento dos crimes culposos contra a vida
- (D) a soberania do juiz togado
- (E) a plenitude de defesa

QUESTÃO 56

No regime constitucional de repartição de competências da federação brasileira cabe aos estados federados os denominados poderes:

- (A) originários
- (B) especiais
- (C) peculiares
- (D) remanescentes
- (E) expressos

QUESTÃO 57

Nos termos da Constituição Federal o Conselho da República deve pronunciar-se sobre:

- (A) estado de defesa
- (B) declaração de guerra externa
- (C) acordos internacionais
- (D) participação militar no exterior
- (E) contribuições a agências internacionais

QUESTÃO 58

É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

- (A) iniciar o processo legislativo
- (B) decretar estado de sítio
- (C) declarar estado de defesa
- (D) conceder indulto
- (E) autorizar o Vice-Presidente a se ausentar do país por mais de quinze dias

QUESTÃO 59

O poder constituinte derivado realiza-se através das emendas à Constituição. Nos termos do regramento atual a proposta dessa espécie normativa deve ser apresentada pelo:

- (A) Presidente da República
- (B) Presidente do Supremo Tribunal Federal
- (C) Presidente da Câmara dos Deputados
- (D) Presidente do Senado Federal
- (E) Presidente do Congresso Nacional

QUESTÃO 60

Nos termos da Constituição Federal cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar originariamente:

- (A) Habeas Corpus julgado pelo Superior Tribunal de Justiça
- (B) Mandado de Injunção julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral
- (C) Mandado de Segurança julgado pelo Superior Tribunal Militar
- (D) Habeas Data julgado pelo Tribunal de Contas da União
- (E) Mandado de Segurança contra o Procurador-Geral da República

QUESTÕES DISCURSIVAS

QUESTÃO 1

A administração do município de Dadusha tem necessidade de realizar obras no seu território. A Secretaria Municipal competente estabelece um planejamento e determina a requisição de vários terrenos de propriedade privada para a utilização como depósito de material e máquinas durante o tempo de duração das obras, cuja previsão é de vinte e quatro meses. Para isso o Prefeito expede um decreto determinando a ocupação imediata e gratuita dos terrenos.

Analise a referida hipótese à luz dos institutos do Direito Administrativo.

QUESTÃO 2

Zimrilim promoveu ação pelo procedimento ordinário em face do município de Ninive sendo o pedido julgado procedente para condenar o réu a pagar ao autor, a título de indenização por danos morais e materiais a quantia correspondente a sessenta salários mínimos. Após o trânsito em julgado o vencedor requereu a execução da sentença com a penhora dos bens do município que apresentou defesa aduzindo tal impossibilidade. Não houve questionamento quanto aos valores cobrados. Existe lei municipal determinando que, em caso de condenações judiciais do município, serão considerados de pequeno valor aquelas correspondentes a um salário mínimo.

Analise a hipótese diante das regras legais e constitucionais sobre a Execução Civil.

